

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.621.461 - RS (2016/0221663-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **TEREZINHA DE ALMEIDA FERNANDES**  
**ADVOGADOS** : **MARIO MARCONDES NASCIMENTO - SC007701**  
                  **FERNANDO SOTTO MAIOR CARDOSO - SC021623**  
                  **FERNANDA DA SILVEIRA RAMOS - SC021449**  
                  **LUIZ CARLOS SILVA - SC032920**  
**RECORRIDO** : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO** : **VOLNIR CARDOSO ARAGAO E OUTRO(S) - RS028906**  
**RECORRIDO** : **LIBERTY SEGUROS S/A**  
**ADVOGADOS** : **ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI - PR029486**  
                  **PAULO ANTONIO MULLER - RS013449**

**DECISÃO**

Vieram os presentes autos ao Superior Tribunal de Justiça para apreciação de recurso especial em que se discute a responsabilidade securitária por danos estruturais verificados em imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, notadamente sobre a existência de interesse da Caixa Econômica Federal na lide.

Brevemente relatado, decido.

Estando pendente o julgamento do recurso especial, sobreveio a notícia de que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o RE n. 827.996/PR, decidiu, em 5/10/2018 e por maioria de votos, reconhecer a repercussão geral da matéria relativa a saber se a Caixa Econômica Federal detém interesse jurídico para ingressar, como parte ou terceira interessada, nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do SFH e, consequentemente, se competiria à Justiça Federal o processamento de julgamento de ações dessa natureza.

Dado esse fato superveniente, o encaminhamento que agora se apresenta — seja por razões de economia processual, seja como forma de prevenir o indesejado surgimento de decisões conflitantes da Suprema Corte e deste Tribunal sobre a matéria — é o retorno deste processo ao Tribunal de origem, onde deverá esperar a conclusão do julgamento do referido recurso extraordinário.

Ante o exposto, determino a devolução destes autos ao Tribunal de

origem, com a respectiva baixa, a fim de que lá permaneçam suspensos no aguardo da publicação do acórdão do RE n. 827.996/PR, quando então deverão ser adotadas, conforme o caso, as diretivas previstas nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília, 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

